

ÍNDICE GERAL

OBRAS DO AUTOR	5
OS NOSSOS PROPÓSITOS	7
PREFÁCIO	9
ABREVIATURAS E SIGLAS UTILIZADAS	11
SUMÁRIO	13

PROCESSO LABORAL

I – DIREITO PROCESSUAL E DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	17
1. Essência do processo judicial	17
2. Direito processual	19
3. Ramificação do direito processual	21
4. Direito processual do trabalho – ideia	21
II – EVOLUÇÃO DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	23
1. Tribunais de árbitros avindores	23
2. Tribunais de desastres de trabalho	25
3. Tribunais de trabalho e lei processual de 1934	26
4. Código de Processo nos Tribunais do Trabalho	27
5. Código de Processo do Trabalho	28
6. A adequação ao CPC	29
III – SISTEMAS JURISDICIONAIS ESTRANGEIROS	31
1. Considerações gerais	31
2. Espanha	32
3. Reino Unido	32
4. Itália	33

5. Alemanha	34
6. França	34
7. Brasil	35
8. EUA	36
IV – SISTEMA JURISDICIONAL LABORAL	37
1. A organização judiciária portuguesa	37
2. Competência e organização dos juízos do trabalho	39
3. O atual Código de Processo do Trabalho. Estrutura	42
4. A subsidiariedade	43
5. A reforma do processo civil e a legislação complementar	45
V – MEIOS EXTRAJUDICIAIS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS LABORAIS	47
1. Conciliação extrajudicial	47
2. O Sistema de Mediação Laboral	48
3. A arbitragem	53
VI – DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	57
1. Princípios fundamentais	57
2. Princípios específicos do direito processual do trabalho	59
3. Caracterização face ao novo CPC	62
4. Natureza	64
5. Características	65
VII – PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS	69
1. Ideia e elenco no processo em geral	69
2. Capacidade judiciária	69
3. Legitimidade	70
4. Competência internacional	74
5. Competência territorial	76
6. Competência em razão da matéria	77
7. Competência em razão da hierarquia e do valor	90
8. Extensão da competência	91
VIII – ATOS PROCESSUAIS E INSTÂNCIA	95
1. Generalidades	95
2. Atos processuais	96
3. Instância	97
4. Especialidades no processo laboral	98

4.1. Citações e notificações	98
4.2. Início da instância	99
4.3. Processos com natureza urgente	100
4.4. Modificação subjetiva da instância	102
4.5. Suspensão e extinção da instância	103
IX – PROCEDIMENTOS CAUTELARES	105
1. Generalidades	105
2. Procedimentos cautelares laborais	107
3. Procedimento cautelar comum	109
4. Suspensão de despedimento	111
5. Suspensão de despedimento subsequente a auto de inspeção da ACT em caso de inadequação do vínculo laboral	113
6. Proteção da segurança e saúde no trabalho	115
7. Procedimentos especificados regulados no CPC	116
X – ESPÉCIES E FORMAS DE PROCESSO	117
1. Espécies de processos	117
2. Processo declarativo comum	118
3. Processo executivo	119
4. Processos especiais	120
5. Custas processuais	121
XI – PROCESSO DECLARATIVO	127
1. Forma comum	127
2. Tentativa de conciliação	128
3. Articulados. A petição inicial	130
4. A audiência de partes	136
5. Os efeitos da revelia	139
6. A contestação	139
7. A reconvenção	140
8. A resposta à contestação e os articulados supervenientes	143
9. Gestão inicial e pré-saneamento do processo	144
10. Saneamento	145
10.1. Com audiência prévia	146
10.2. Com dispensa de audiência prévia	148
11. Outras decisões	150
12. Instrução	151
13. Audiência final	152
14. Sentença	157

XII – RECURSOS	161
1. Recursos, reclamações e arguição de nulidades	161
2. Decisões recorríveis	163
3. Recurso de apelação	164
4. Prazos e modos de interposição	166
5. Efeitos	167
6. Subida e julgamento	168
7. Recurso nos procedimentos cautelares	169
8. Recurso de revista e <i>per saltum</i>	170

XIII – PROCESSO DE EXECUÇÃO	173
1. Execução laboral	173
2. Especificidades eventuais	176
3. Execução em matéria contraordenacional	177
4. Garantias dos créditos laborais	178
5. Graduação dos créditos laborais	179
6. O título executivo europeu	181

PROCESSOS ESPECIAIS

XIV – AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO JUDICIAL DA REGULARIDADE E LICITUDE DO DESPEDITO	185
1. Âmbito do processo	185
2. Requerimento inicial	188
3. Ação e procedimento cautelar	189
4. Audiência de partes	192
5. Articulado de motivação do despedimento	195
6. Contestação do trabalhador e resposta	198
7. Especificidades no julgamento	199
8. Pagamento de retribuições intercalares pelo Estado	200

XV – PROCESSOS EMERGENTES DE ACIDENTE DE TRABALHO E DE DOENÇA PROFISSIONAL	205
1. Generalidades	205
2. Processo para efetivação de direitos resultantes de acidente de trabalho. Seu início	208
3. A fase conciliatória	209
3.1. Acidente com morte do sinistrado	211
3.2. Acidente com incapacidade permanente	212
3.3. Acidente com incapacidade temporária	214

3.4. Tentativa de conciliação	215
3.5. Julgamento eventual do acordo	219
3.6. Procedimento cautelar de arbitramento	220
4. Fase contenciosa	220
4.1. Petição e/ou requerimento de junta médica	220
4.2. Contestação	223
4.3. Despacho saneador e instrução	224
4.4. Audiência final, sentença e recurso	225
4.5. Incidente para pensão ou indenização provisórias	227
4.6. Fixação da incapacidade para o trabalho	228
4.7. Incidente por falecimento do autor	229
4.8. Incidentes típicos posteriores	230
5. Processo para declaração de extinção de direitos resultantes de acidente de trabalho	231
6. Processo para efetivação de direitos de terceiros conexos com acidente de trabalho	232
7. Processo para efetivação de direitos resultantes de doença profissional	233
8. Valor da causa	235
XVI – PROCESSO DE IMPUGNAÇÃO DE DESPEDITIVO COLETIVO	237
1. Generalidades	237
2. Articulados	239
3. Condenação de preceito	240
4. Matéria da impugnação	242
5. Assessoria técnica e audiência prévia	243
6. Julgamento	245
XVII – PROCESSO DE CONTENCIOSO DE INSTITUIÇÕES DE PREVIDÊNCIA, ABONO DE FAMÍLIA, ASSOCIAÇÕES SINDICAIS, ASSOCIAÇÕES DE EMPREGADORES OU COMISSÕES DE TRABALHADORES	247
1. Regras comuns aos diversos processos	247
2. Processos de contencioso de instituições de previdência e abono de família	248
3. Processos das associações sindicais e de empregadores ou comissões de trabalhadores	250
4. Convocação de assembleias gerais	251
5. Impugnação dos estatutos, deliberações de assembleias gerais ou atos eleitorais	252
6. Impugnação judicial de decisão disciplinar	253
7. Liquidação e partilha dos bens	254

8. Ação de anulação e interpretação de cláusulas de convenções coletivas de trabalho	254
XVIII – IMPUGNAÇÃO DA CONFIDENCIALIDADE DE INFORMAÇÕES OU DA RECUSA DA SUA PRESTAÇÃO OU DA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS	257
1. Fundamento	257
2. Tramitação	259
XIX – TUTELA DA PERSONALIDADE DO TRABALHADOR	261
1. Objeto e fundamento	261
2. Tramitação	261
XX – IGUALDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO EM FUNÇÃO DO SEXO	265
1. Fundamento	265
2. Espécies	266
XXI – RECONHECIMENTO DA EXISTÊNCIA DE CONTRATO DE TRABALHO	269
1. Introdução	269
2. Procedimento da ACT	271
3. Articulados das partes	272
4. Intervenção do trabalhador	274
5. Saneador e julgamento	275
6. Recurso e cobrança de créditos	277
7. Procedimento cautelar. Remissão	277
XXII – IMPUGNAÇÃO DE CONTRAORDENAÇÃO	279
1. O processo de contraordenação laboral e da segurança social	279
2. A interposição do recurso de impugnação judicial	280
3. Aceitação do recurso e julgamento	282
4. Recurso para a Relação	284
5. Prescrição	284
6. Processos criminais	284
XXIII – ARBITRAGEM NAS RELAÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO	287
1. A arbitragem em geral	287
2. Arbitragem nas relações coletivas de trabalho	288
3. Arbitragem voluntária	289
4. Arbitragem obrigatória	290

5. Arbitragem necessária	291
6. Apoio do Conselho Económico e Social	291
7. A constituição e funcionamento do tribunal arbitral	292

XXIV – REENVIO PREJUDICIAL EUROPEU	295
1. Reenvio a título prejudicial	295
2. Questão prejudicial laboral	296
3. A colocação da questão prejudicial	297
4. A tramitação do processo	298

PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

XXV – PROCEDIMENTOS PREVISTOS NO CÓDIGO DO TRABALHO	301
1. Os procedimentos previstos na lei substantiva	301
2. Elenco	302
3. O despedimento por causas objetivas	303
4. Procedimento para o despedimento coletivo	304
5. Procedimento para o despedimento por extinção de posto de trabalho	306
7. O procedimento para despedimento por inadaptação	309

XXVI – PROCEDIMENTO DISCIPLINAR	311
1. O poder e a ação disciplinares	311
2. O procedimento disciplinar	313
3. A natureza do procedimento disciplinar laboral	315
4. O processo de inquérito	316
5. O regime jurídico do procedimento disciplinar	318
6. A estrutura dinâmica do procedimento disciplinar	320
7. O decurso do tempo e a aplicação das sanções	321
8. A apreciação judicial da sanção aplicada que não seja de despedimento	324
9. Formas do procedimento disciplinar	327
10. Nota de culpa	329
11. Comunicações	331
12. Resposta à nota de culpa	333
13. Instrução do processo	334
14. Decisão	337
14.1. Sentido	337
14.2. Conteúdo	337
14.3. Comunicações	338
15. Procedimento especial para as microempresas	339
16. Ilicitude do despedimento	340

- 17. Os efeitos da ilicitude do despedimento 341
- 18. O procedimento disciplinar e as contraordenações que pode originar 343

ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA JUDICIÁRIO 345

BIBLIOGRAFIA 349

- 1. Processo civil 349
 - 1.1. Clássica 349
 - 1.2. Atual 350
- 2. Processo laboral 352
 - 2.1. Clássica 352
 - 2.2. Atual 352
 - 2.3. Internet 354

ÍNDICE IDEOGRÁFICO 357